

O ensino superior à luz da Reforma Universitária: o lugar do pensamento crítico e as incongruências subjacentes à formação profissional

Entrevista com Franklin Leopoldo e Silva

Por Fernando Limá das Neves, Michele Asmar Fanini e Stefan Fornos Klein *

Franklin Leopoldo e Silva é professor titular do Departamento de Filosofia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Em seu itinerário acadêmico sempre tiveram posição de destaque as preocupações relacionadas às diversas transformações, mais precisamente descaracterizações, as quais a universidade pública e, em especial, a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas têm protagonizado. Uma consideração norteadora do pensamento crítico de Franklin Leopoldo e Silva diz respeito às peculiaridades que derivam da constatação da existência da convivência não-apaziguada entre crise e Faculdade de Filosofia, em que aquela figura enquanto elemento familiar a esta (e, extensivamente, à própria Universidade). A crise é forjada quando algo está inserido numa realidade histórica apartada de si mesma, o que sempre ocorreu com a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, posto que o seu teor crítico obsta uma inserção completa, ocasionando o seu deslocamento. De acordo com o professor, a ambigüidade da posição desta Faculdade dentro da Universidade deve-se, tout court, ao fato de, ao mesmo tempo, ser núcleo de contestação e estar à margem do poder político.

* Mesirandos do Programa de Pós-graduação em Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

Tendo em vista tal peculiaridade, dada a inextricabilidade acima apontada, outras questões aí inscritas como, por exemplo, as relativas ao sentido da formação, à universidade pública como locus privilegiado para o exercício do pensamento crítico, à pesquisa “desinteressada”, às implicações do novo modelo de formação profissional privatista na universidade pública, responsável pelo êxito da funcionalidade, compõem parte do vasto leque temático privilegiado pelo professor em seu percurso acadêmico.

Em linhas gerais, ao analisar os rumos da universidade pública – e das humanidades em especial –, a produção intelectual de Franklin Leopoldo e Silva incita reflexões, posicionamentos e não se furta a apontar saídas.

Nesse sentido, aos imbróglis da Reforma Universitária, o professor sublinha, na entrevista concedida à revista Plural, a necessidade de um “movimento de esclarecimento e resistência dentro da própria universidade”, e tece considerações profícuas, na esteira dessas preocupações, a respeito de questões furtivas subjacentes à Reforma em tela e, por conseguinte, de seu impacto no ensino superior e, em particular, nas humanidades.

Plural – Já vivemos há mais de uma década em meio a muitas reformas, com as diversas nuances possíveis: a partir de Fernando Collor com o início das privatizações, passando por FHC, que continua as privatizações, realiza a Reforma Administrativa, mudanças no sistema financeiro, dentre muitas outras medidas. Nesse sentido, as Reformas do Governo Lula – Reforma da Previdência já ocorrida, a Reforma Política e a Reforma do Judiciário que estão vindo por aí e, em especial, a Reforma Universitária seguem o mesmo rumo, o mesmo mote dessa década de reformas?

Eu não acredito que seguem o mesmo perfil. No Governo FHC, havia um modelo de tramitação de Reformas que continua sendo utilizado no Governo do PT e, num certo sentido, aprofundado. No que se refere à Reforma da Previdência, o que nós tivemos foram duas coisas

principalmente. Em primeiro lugar, a insistência no caráter inoperante do funcionalismo público, com a tentativa de despertar na população uma animosidade contra o funcionalismo público e, portanto, fazer passar as Reformas como se fossem justas ou até mais do que esse pessoal mereceria. Em segundo lugar, o que o Governo do PT tem feito também na tramitação das Reformas, seguindo o exemplo do Governo anterior, mas eu tenho a impressão que agora de forma mais sistemática, é o aliciamento, a barganha, o fisiologismo. Então, juntando esses dois fatores, o que se anuncia para a Reforma Universitária é esse mesmo perfil de reforma, com um dado a mais, acredito: que se torne mais fácil para o governo. Porque, em primeiro lugar, a Reforma Universitária não desperta tanto interesse eleitoreiro no Congresso, uma vez que não rende grandes coisas em termos de voto – eleições de Deputados, Senadores etc. Também

não desperta grande comoção na população em geral, principalmente quando se trata de Universidade; se fosse o ensino básico, talvez um pouco mais. A Universidade é algo que a população brasileira em geral vê como uma coisa muito distante, a maioria não tem nem acesso. Não é algo que lhes diga respeito. Juntando tudo isso, acho que o Governo vai poder fazer passar essa Reforma da maneira como ele bem entender, contando apenas com os protestos da comunidade universitária que não são tão significativos, porque já estão sendo devidamente controlados com essas acusações de corporativismo e outras coisas que estão nas entrevistas do ministro [Tarso Genro – Ministro da Educação]. Ele insiste sempre sobre isso. Então, é a adaptação da Universidade aos novos tempos e a resistência daquele pessoal que quer conservar privilégios. Batendo nessa tecla, a Reforma vai passar com relativa rapidez.

Pensando nessas questões atuais da Universidade, como enxergamos a Reforma Universitária em se tratando de um ensino superior tão dispar: temos o ensino público e a proliferação de universidades privadas? Por trás disso há uma história. A proliferação das escolas privadas começou no regime militar. O famoso ministro Passarinho¹, num momento

em que havia muito poucas vagas no ensino superior, menos que hoje inclusive, ele, então, encorajou a proliferação de universidades privadas para que a classe média da época tivesse uma válvula de escape em relação ao ensino universitário. Há uma tradição brasileira que chamamos de tradição bacharelesca, em que todo mundo tem que fazer universidade. Se o indivíduo não faz universidade, ele não se sente satisfeito profissionalmente e de jeito nenhum, mesmo se ele vai exercer uma profissão que não exija isso. Porque ficou, então, uma pseudo-superioridade no diploma de bacharel sobre outros diplomas de caráter técnico e tudo mais, coisa que em outros países não existe. Mas aqui tem essa tradição porquanto daquela coisa do bacharel em Direito, em Medicina, que o Florestan estudou muito bem. Isso ainda se conserva. O Passarinho soube usar isso muito bem e a classe média foi contentada com essa proliferação de escolas privadas. Acontece que isso foi saturado. O governo atual segue a mesma linha. Só que agora ele está atendendo às camadas mais baixas da classe média que não tem acesso nem à pública, nem à privada. Com esse tipo de Reforma que vem agora no Programa Universidade para Todos [Programa do Governo Federal...], essa camada poderá ser contentada. Com isso, repete-se o processo, só que num estamento social um pouco mais abaixo e tenta-se cobrir a demanda às custas dessa confusão entre o público e o privado, fazendo com que uma certa iniciativa que vai na direção do privilégio da escola privada passe por iniciativa pública. Unicamente porque é uma iniciativa do Governo, mas que na verdade vai beneficiar a escola privada.

¹ Jarbas Passarinho, 84, é coronel da reserva. Foi governador do Pará (1964-65) e senador pelo Estado em três mandatos (1967-74, 1975-82 e 1987-95), além de ministro da Educação (governo Médici), da Previdência (governo Figueiredo) e da Justiça (governo Collor).

Essas mudanças no ensino superior público que vão de encontro a essa implantação do modelo privatista, pautado pelas idéias do individualismo competitivo, que você trabalha no seu artigo “A perda da experiência da formação na Universidade contemporânea” da *Tempo Social* (v. 13, n.1; 2001). A produtividade e a política de resultados – por exemplo, a supressão e o encurtamento das etapas da produção do conhecimento (Doutorado Direto, Mestrados Profissionalizantes) – enfim, esse êxito da funcionalidade que implica o malogro da universidade institucionalizada acaba fazendo com que a universidade pública deixe de ser o *locus* para o exercício de um pensamento crítico. Tendo esse panorama em vista, como podemos pensar a Reforma Universitária no registro daquele hiper-realismo que o senhor trabalha nesse texto...?

Isso se explica porque estamos vivendo já há algum tempo justamente a falência do ideal de formação crítica. Então, todos esses fatores que você mencionou – competitividade, produtividade, individualismo exacerbado – vêm contra esse caráter de formação crítica que tem um fundamento comunitário. Uma universidade onde haja um trabalho cooperativo, visando uma finalidade social mais ampla, e não simplesmente o sucesso individual. Isso já não está sendo observado há algum tempo. Portanto, tem-se uma inversão de modelo. A universidade privada justamente seguia por esses parâmetros. É onde o indivíduo vai receber um certo treinamento, para que ele obtenha o êxito individual numa sociedade competitiva. Quando a universidade pública perde esse papel crítico que ela tinha, só resta então

esse outro modelo. Com a Reforma que está se pretendendo fazer, em que a universidade privada vai ser fortalecida economicamente e, por aí, também politicamente, haverá uma inversão de modelo, e a universidade pública terá que se adaptar mais uma vez a essa outra visão privatista que, na verdade, já vem sendo implementada através de vários mecanismos como as fundações, captações privadas de recursos e toda uma mentalidade também, uma espécie de psicologia coletiva que existe na universidade pública, que é contrária ao espírito de instituição pública. Acho que estamos caminhando para inversão de modelo, e o programa de valorização das privadas, de compra de vagas é um passo decisivo para que essa inversão aconteça. As universidades públicas ficando de certa forma em segundo plano, terão que se adaptar a esse modelo que tende a ser dominante, que é a formação imediatista, a formação como treinamento para a profissionalização rápida que é o que as privadas oferecem como atrativo. As públicas, então, vão tender a se adaptar a esse modelo principalmente aquelas que não têm uma tradição muito bem consolidada. Mas tenho a impressão que, mesmo as mais tradicionais, a médio prazo, terão que se adaptar a esse modelo.

Interessante que o Chico de Oliveira, na entrevista concedida à *Plural* [n.º 9, 2.º semestre de 2002], fala de uma certa obsolescência desses profissionais. Geralmente esses cursos mais procurados acabam formando profissionais que adquirem uma certa técnica que logo é superada e eles ficam... A formação agora é profissionalização?

A obsolescência produz outro fenômeno, que é a transformação da especialidade técnica em curso universitário. Cada vez mais vai se dividindo e subdividindo a formação do indivíduo, de tal modo que isso atenda às especializações do mercado. E, para que tenha um atrativo maior do ponto de vista profissional, curricular, isso é transformado em curso universitário. Tanto é que hoje muitos cursos que normalmente seriam cursos técnicos e até especialidades de cursos de técnicos muitas vezes até disciplinas de um curso técnico mais amplo já são cursos universitários completos devido a essa corrida que as universidades têm de fazer para atender às exigências de mercado.

Poderíamos dizer então que está se tratando, nesse momento, do fim da concepção moderna de universidade que nasce com o Iluminismo no final do século XVIII?

O modelo, sobretudo o alemão, de formação ampla, em que a formação científica entra como uma parte de uma formação humanista mais ampla, certamente já está superado pelos fatos. Mas mesmo o modelo napoleônico de uma universidade tipo escola politécnica já tende também a ser superado pelo avanço da especialização, de forma que os promotores da Reforma – Governo, o pessoal do ministério [da Educação] têm batido muito nessa tecla da necessidade de você encontrar um novo modelo que atenda às necessidades sociais que, na verdade, são as necessidades de mercado. Estão batendo um pouco na tecla do anacronismo do modelo que nós estaríamos ainda insistindo em manter. Juntando isso com a agilidade com que

as universidades privadas já estão superando esse modelo, então a gente percebe que o caminho já está mais ou menos traçado.

Nesse contexto de uma formação profissional com vistas ao mercado, qual seria o lugar da pesquisa na universidade ou no sistema de ensino superior de uma forma geral?

Aí há duas questões. Em primeiro lugar, a pesquisa básica também está com o seu destino selado a curto prazo, pelo seguinte motivo: também o mercado está determinando a linha de pesquisa e hoje nós já sabemos que os grandes projetos de pesquisa sofrem um planejamento tal que você parte do produto para a pesquisa e não da pesquisa para o produto, de tal forma que o mercado determina a regra do que deve e não deve ser pesquisado. Então, a pesquisa básica, no sentido do que antigamente chamávamos pesquisa desinteressada, que poderia ou não redundar num produto, numa aplicação, que é o verdadeiro sentido do básico, principalmente na Universidade de São Paulo, isso já está aos poucos ficando para trás devido a essa premência do mercado e dos conglomerados empresariais em todos os ramos – indústria farmacêutica, metalurgia e tudo mais – que fazem com que a pesquisa, já desde o princípio, desde o seu planejamento inicial, de certa forma, atenda a esse tipo de interesse. Então, a pesquisa básica também tende-se a moldar a esse caráter mais pragmático.

O senhor falou da finalidade social mais ampla da universidade pública que está sendo deixada de lado no Brasil. O fato é que o

Brasil não conseguiu resolver a fratura na sociedade – concentração de renda, fome, miséria, corrupção, desemprego, etc. – e por isso mesmo vemos, talvez, as lutas por cotas nas universidades para negros, índios e alunos provenientes da rede pública de ensino. Sabemos também que no sistema educacional brasileiro essa quebra se estabelece desde os primeiros anos escolares. Tendo tudo isso em vista, de que maneira a Reforma Universitária pode contribuir para amainar essa fratura na sociedade brasileira?

A Reforma, tal como ela está sendo planejada, não vai contribuir. Porque na verdade o que se tem por trás disso é uma história de contenção de todo ensino durante muito tempo, inclusive do ensino básico, fundamental e durante um tempo maior da contenção de vagas no ensino universitário. Eu acredito que isso não se deve ao acaso. Você teve uma política de contenção violenta das vagas. Você não teve um aumento gradual que pudesse ser absorvido orçamentariamente nas federais e nas estaduais. Então, você gerou um contingente de excluídos muito grande que não pode ser absorvido repentinamente sem um grande impacto. Então a política das cotas tende a contornar isso, mas pela via de uma adaptação, de um nivelamento da universidade, à decadência dos ensinos fundamental e médio. Então, na verdade o que se está fazendo é um uso perverso da exclusão. O sistema provocou a exclusão e agora o sistema está usando a exclusão para a finalidade de acalmar as tensões sociais. Eu acredito que atualmente, do ponto de vista imediato, não há outra saída a não ser as cotas, mas te-

mos que reconhecer que elas são o uso perverso da exclusão social. O Governo está claramente instrumentando a questão da exclusão social através das cotas, e isso de forma alguma contribui para o aprimoramento geral do ensino. O que nós precisamos é de uma reforma em que o primeiro ponto seria a revalorização social do ensino e a revalorização social do professor. O professor do ensino fundamental transformou-se num pária, é um sujeito que é um pouco mais que um mendigo, é um sujeito que dá 30 aulas por semana e ganha R\$ 500,00. Enquanto não houver uma revalorização geral que venha desde o início, não se tem uma solução na universidade. Jogar essa Reforma Universitária nesse sentido de nivelamento e adaptação é certamente uma atitude demagógica, é uma instrumentalização da exclusão, não uma resolução do problema.

Eu acho que isso aí é um problema que tende a ser agravado em dois sentidos. Nós temos uma tradição na universidade brasileira das escolas de elite, as grandes escolas profissionais. Eu duvido muito que essa estratégia pseudo-democrática do governo venha atingir essas escolas, porque elas têm mecanismos de se defender da massificação. Elas vão atingir a universidade, mas não por via dessas escolas de elite que continuarão de elite através dos motivos profissionais que eles têm para continuar, sendo assim, as grandes escolas. O que vai ser sobretudo atingido será aquele estamento não inteiramente profissionalizante, onde você tinha justamente as possibilidades de uma formação humanista mais ampla. O impacto

nesse segmento vai ser maior e, portanto, você vai ter um estrago maior feito aí, não nas escolas realmente profissionais de elite – como, por exemplo, medicina, as grandes escolas de engenharia –, porque essas têm como se defender dessa estratégia do Governo através das suas associações, dos seus lobbies, etc.

As perspectivas não são boas para as humanidades em geral...

Não, a perspectiva para a universidade em geral não é boa e para as humanidades eu acho que ela é ainda mais sombria, porque vai haver um aproveitamento do perfil não profissionalizante como uma válvula de resolução desse problema da exclusão. Isso tanto nas privadas quanto nas públicas. Eu tenho a impressão de que agora, a partir de um certo momento, vai haver um certo investimento das universidades privadas em cursos não-profissionalizantes, o que antes eles não faziam porque não era rentável, mas agora vai ser rentável por via das compras de vagas. O Governo vai tender a alocar um grande contingente nesses lugares, onde há maior ociosidade no caso das privadas.

Isso poderia de alguma forma diminuir o quão forte é a incidência desse desmonte do ideal de formação na universidade sobre as ciências humanas não-profissionais.

Isso depende de como as humanidades bolarem internamente uma estratégia de resistir a esse processo, porque a democratização, mesmo a massificação, não é um elemento impeditivo da formação. O problema é saber se há condições

de absorver uma massa muito maior de pessoas e dando a elas a mesma qualidade de ensino. Isso não é impossível. O problema é estabelecer as condições para que isso seja feito. As instituições privadas não têm. As públicas poderiam ter se houvesse investimento, mas tudo indica que justamente o programa [Programa Universidade para Todos] que está sendo proposto foi pensado para dispensar, eximir o poder público do investimento nas universidades públicas. Se tivesse um investimento substancial, com aumento de vagas e com condições, poderia absorver pelo menos uma parte maior desse segmento que está excluído. Nada indica que isso vai ser feito por conta de que a política do Banco Mundial e dos organismos internacionais tolfem o investimento em políticas sociais, na educação sobretudo. Não havendo esse investimento, fica nesse dilema: ou você aumenta as vagas na universidade pública e absorve um contingente maior sem condições de ensino de qualidade, ou você distribui para as privadas. Agora, essa escolha a médio prazo vai ser deixada às próprias universidades através da questão da captação de recursos. Aquelas que puderem captar recursos poderão investir no aumento de vagas. Aquelas que não puderem fazer isso vão conservando o mesmo número e vão tendendo a minguar. Porque também na Reforma está se batendo nessa tecla da autonomia financeira, no caso das federais que ainda não têm autonomia financeira. Autonomia financeira para quem captar recursos .

E o senhor acha que, claro que dentre muitas outras, as propostas do Fórum de Políti-

cas Públicas da USP servem de uma certa forma como uma maneira de resistir, nesse sentido que o senhor coloca?

Parcialmente, porque há também uma parte das propostas do Fórum que mais ou menos coincidem com as propostas do Governo. Há uma parte que é coincidente, então eu não vejo que, somente através do que foi estabelecido pelo Fórum, você possa enfrentar a Reforma. Eu tenho a impressão de que as coisas se tenderão a compor mais do que haver uma escolha de modelo.

Quais os pontos mais críticos das propostas do Fórum?

O ponto mais crítico, na minha opinião, é a incorporação das escolas privadas como meio de desafogar o contingente de candidatos excluídos. Há uma observação no documento do Fórum que diz que as escolas privadas podem representar papel relevante desse ponto de vista, absorvendo e dando um tipo de formação que as universidades públicas não têm conseguido dar em outros ramos do conhecimento. Eu acho esse tipo de proposta perigosa porque, com algumas exceções das PUC's e outras universidades confessionais, a universidade privada é uma empresa e como toda empresa, tem que visar lucro. Eu não vejo como esse caráter formador poderia conviver com a mercantilização. Eu acho que pelo menos essa parte do documento é um pouco confusa nesse sentido.

Há um ponto que está se tornando um dilema para a universidade pública, especifica-

mente falando. Como o senhor já trouxe, as pessoas pobres não têm acesso à universidade. Tendo em vista as questões em torno da privatização, do fim da universidade pública, do corte de verbas para a pesquisa e todas as outras atividades em cursos superiores públicos no Brasil, poderíamos afirmar que não há respaldo popular nenhum, ou quase zero. Nesse sentido, é um dilema para a universidade pública, para um país que pesquisa, que está produzindo tecnologia, idéias, propostas diferentes não ter respaldo da população em termos mais amplos e isso é um risco, não só para as universidades, mas para o Brasil como um todo, no sentido de desenvolvimento, de tecnologia e de autonomia internacional.

Houve uma espécie de campanha aberta ou tácita que coloca a universidade pública em primeiro lugar, e como todo serviço público, ineficiente, atrasada, pouco ágil, etc. e, em segundo lugar, como elitista. Em todos os documentos do Banco Mundial está presente esse diagnóstico de que especialmente no Brasil as universidades públicas servem a uma elite e não ao conjunto da população, o que é verdade. Agora, o que precisaríamos estabelecer são as causas e a maneira pela qual essa escassez é administrada. Se há uma escassez, é uma escassez administrada. Você não permite que ela se resolva exatamente para manter um *status quo* que é o isolamento da universidade pública, e com isso você consegue então fazer com que o ensino privado apareça como atendendo a uma parcela maior da população e tendo então um papel social relevante.

Retomando a discussão das instituições de ensino superior públicas e privadas, percebe-se que elas exercem papéis sociais e científicos muito distintos. Como fica essa separação público-privado para a Reforma. Como lidar com essa situação imposta pelo mercado ou pelo contexto capitalista internacional mais amplo?

Eu acho que é significativo que essas propostas de Reforma que têm aparecido tenham se dispensado, todas elas, de uma discussão de princípio. Por exemplo, o que é uma universidade?, o que é uma instituição pública?, qual é a diferença entre interesse privado e interesse público?, por que o interesse público na educação só pode ser atingido pela instituição pública, portanto pela universidade mantida pelo poder público? Não há essa discussão com a desculpa de que isso é uma coisa abstrata, filosófica, não são propostas concretas. Mas eu tenho a impressão de que a isenção em torno dessa discussão visa exatamente a você não distinguir mais as esferas do público e do privado e fazer com que haja uma miscigenação de interesses e portanto não se distinguindo mais o interesse público do interesse privado, pode-se fazer com que o atendimento das necessidades sociais visto então dessa maneira muito geral e, aí sim, muito abstrata possa ser atendido tanto por uma parte quanto pela outra. Sendo que as empresas privadas, pela agilidade que elas possuem e pelo volume que elas representam no país de disponibilidade que elas têm de aceitar essas ofertas do Governo, aparecem como uma oportunidade de atender a essas necessidades, desde que se confunda jus-

tamente o interesse público com o interesse privado. O que ocorre é o que desde os governos anteriores já vem vindo que é questão da dissolução do espaço público da desinstitucionalização. Por isso que não se dá mais ao trabalho de definir o que uma instituição, uma universidade, etc. Se trabalha com o que se tem e com as oportunidades que pragmaticamente são oferecidas para resolução imediata de problemas.

O senhor considera que poderia ser mais interessante, de um ponto de vista do interesse público, das camadas excluídas da população, que o Governo alocasse os recursos da compra de vagas nas universidades privadas para melhorar o ensino público básico ou isso não faria sentido?

Eu iria até um pouco mais além. Certamente deveria ser feito isso, mas poderia também haver um sistema de bolsas individuais para aquelas pessoas que desejassem estudar em universidades privadas. Não vejo que isso fosse um desperdício de recursos. Agora, o que não se pode fazer é bancar institucionalmente uma empresa. Se se pode oferecer ao indivíduo que quer estudar numa escola privada, mas não tem recursos que haja algum tipo de organismo que ofereça para esse indivíduo uma bolsa. Ele escolhe o que quer fazer, que universidade quer estudar e ter uma bolsa para fazer o seu curso. Eu iria até nisso. Porque se conversa essa liberdade, que é garantida num país democrático, do indivíduo poder escolher. Quer estudar na universidade pública, tem que ter oportunidade, quer estudar numa universidade priva-

da, também. Mas deve-se deixar a liberdade do indivíduo. O que está havendo com o que se está propondo agora é uma indução pela compra de vagas e pela escassez administrada das vagas nas públicas, de tal forma que se coloca o indivíduo na posição de não poder escolher, de ser induzido a uma certa opção.

Simultaneamente essa proposta teria a vantagem de manter o poder, o controle do lado do espaço público...

É porque essa verba é transferida à pessoa, e não à instituição.

Queríamos deixar o senhor à vontade para as últimas considerações...

Eu acho que a tarefa que nós temos nesse momento é muito difícil. Seria uma tarefa de esclarecer a população, ou pelo menos tentar fazer isso, acerca do significado da Reforma que está sendo proposta. O que é uma coisa muito difícil, porque nós não podemos competir com a publicidade do Governo. Mas, na

medida do possível, acho que seria interessante fazer um movimento de esclarecimento e de resistência dentro da própria universidade, porque existe também uma certa ilusão dessa Reforma e principalmente alertar as pessoas contra uma coisa que está sendo muito utilizada atualmente não só em termos educacionais, mas de maneira política geral, que é a confusão da forma de democracia com o exercício real da democracia. Ampliar nominalmente a forma democrática com cotas, com aumento de vagas, com compra de vagas etc., não é a mesma coisa que dar o exercício efetivo da democracia e da cidadania. Vê-se aí uma questão quase que de oposição entre quantidade e qualidade. Seria interessante tentar uma campanha de esclarecimento das pessoas contra isso, porque elas podem ser iludidas a respeito dessa extensão de cidadania, extensão de oportunidade que, na verdade, é uma ficção que vai continuar beneficiando as elites, os donos das escolas e muito pouco a população.

